

## APRESENTAÇÃO

Parafraseando Hegel, podemos dizer que o problema do realismo é o realismo como problema e vice-versa. Certamente é um dos conceitos mais importantes no campo da estética – embora não se limite a ele – e também dos mais controversos, dada a sua polissemia. Nos dias de hoje, é campo de conflito de interpretações e embates que na verdade ultrapassam os limites da crítica de arte e literatura: de um lado, existe a tendência de confiná-lo no passado em nome da atualização teórica; de outro, a proposição historicista – mais viva do que nunca, embora com outros nomes – que procura na literatura algo um pouco mais do que o documental e exemplar de uma época. De nossa parte, acreditamos que o realismo não se resume a nenhuma dessas noções e que a literatura tão pouco pode ser resumida a elas, e defendemos a necessidade de se superar essas duas barreiras, que são afinal duas limitações. A despeito de suas diversas denominações, o realismo é tomado aqui como um dispositivo constitutivo da linguagem e da realidade ao mesmo tempo, dispositivo que permite compreender as implicações mútuas, complexas e cheias de consequências entre elas, o que significa um passo decisivo no intuito de inserir a literatura no debate sobre as mudanças do mundo contemporâneo, com suas questões de ordem política, social, econômica, cultural etc., demonstrando de maneira enfática a tese segundo a qual não há composição sem concepção de mundo.

O presente número da revista *O eixo e a roda* apresenta o tema do *problema do realismo como problema* com foco na literatura brasileira, trazendo artigos que o enfrentam de diferentes maneiras a partir de obras diversas. O primeiro artigo já mostra uma dimensão desse *problema* ao falar em “realismos”, no plural, atestando a referida polissemia própria do conceito. “Realismos em 1870: em torno de *O gaúcho*, de José de Alencar”, de Marcus Vinicius Soares, começa com uma discussão teórica a respeito do entendimento do termo realismo a partir de uma obra representativa do romantismo brasileiro. A discussão inicial tem pelo menos duas implicações importantes: primeiro, a preocupação em

ver as relações entre literatura e sociedade num momento de renovação do quadro de referências estéticas e de impulsão econômica promovidas em nome do Segundo Reinado, duas formas distintas da modernização histórica no contexto brasileiro; segundo, o esforço para compreender o realismo além de sua delimitação como escola de época, analisando como ele, ao se imiscuir nos princípios escolhidos do romantismo, produz algo peculiar. Essas ideias surgem a partir da leitura de *O gaúcho* e do debate estético que ele suscitou no momento de sua publicação, debate este que se deve justamente a esta referida forma peculiar – não de todo compreendida à época – a qual o autor chamou de “realismo feérico”, categoria sem pretensões generalizantes, mas que serve para clarificar o procedimento de construção adotado por Alencar. Ainda segundo o autor, na composição desse tipo de realismo existe uma mistura característica de “observação” e “imaginação”, cujo resultado permitiu ao escritor “captar a cor local em seus mais variados matizes”.

A seguir, temos “As duas faces das medalhas: dialética aparência e essência em ‘Teoria do medalhão’ e ‘O emplasto’”, de Ana Laura dos Reis Corrêa, dedicado à comparação de duas peças curtas de Machado de Assis, um conto e um capítulo de *Memórias póstumas de Brás Cubas*. Nos dois casos, o realismo é conformado às premissas de construção dos personagens, situando-os pelo viés histórico: sua posição de classe e tudo o que isso cerca. Desse viés, a autora mostra que ironia e comicidade – frequentemente apontadas como sinal de modernidade do escritor e prova de seu antirrealismo – não se resumem a recursos de linguagem ou jogo de estilo, pois, colocadas em perspectiva historicizada, revelam uma série de significados da sociedade brasileira. Assim, o que seria recurso de desarme do realismo, mostra-se, ao contrário, meio de representação peculiar da realidade presente: “Machado supera a imediatez, sem, contudo, excluí-la”, aponta a autora. Até o fim do artigo, temos a oportunidade de intuir, por intermédio das peças de Machado, questões mais amplas. Uma delas é a consideração revigorada do conceito de realismo, entendido como “um reflexo sem original, porque capta na aparência imediata o nexos real com a essência histórica da realidade”, ou seja, os fatos cotidianos representados na letra do texto são manifestações superficiais de estruturas profundas, cuja relação efetiva é da conta do realismo. Outra é a situação histórica propriamente dita de tais formas de construção, que revelam, através da “deformação do real”, a realidade naquilo que tem de menos óbvio. Outra ainda é a consideração de um

realismo específico em Machado, diferindo-o do europeu de modo geral. Por fim, a análise do sistema de relações histórico-sociais contemporâneo a Machado, permitindo que se veja as contradições do mundo capitalista na sua origem e no seu destino.

O trabalho de Irenísia Torres de Oliveira, “Indivíduo e sociedade no romance *Triste fim de Policarpo Quaresma*”, parte de uma das premissas do realismo moderno, a afirmação histórica do sujeito frente à tradição e aos universais, o que proporcionou a compreensão da realidade a partir de situações concretas particulares. A essa premissa ela não somou propriamente, mas confrontou outra: as condições objetivas de recepção e produção dessas premissas no Brasil. Aqui, o argumento segue as descobertas iniciais de Roberto Schwarz, destacando que o realismo engendrado no Brasil oitocentista não poderia simplesmente seguir o modelo europeu e, ao mesmo tempo, não poderia prescindir dele, pelo fato de a sociedade brasileira se mostrar específica dentro de um quadro de dependência e integração que ia se desenhando. No entanto, segundo a autora, essas questões reaparecem configuradas na obra de Lima Barreto, balizadas por uma situação histórica nova com relação à do período anterior. Tal reconfiguração “correspondeu, por parte do autor, a uma apreensão problemática e a uma condenação profunda da sociedade em que viveu.” O realismo se confirma no processo mesmo de construção: “Lima Barreto retoma o romance europeu [...] numa atitude abertamente problemática em relação à sociedade e ao país.” Assim, Lima reconfigura a ideia de indivíduo que não frutificou no tempo de Alencar e Machado, realinhando-a com as mudanças sociais em curso, em decorrência dos primeiros movimentos do capitalismo e da industrialização, e insinuando uma “incipiente possibilidade de autonomização civil e intelectual entre as classes médias.” A partir daí, inicia-se uma análise minuciosa de *Triste fim de Policarpo Quaresma*, na qual encontramos uma discussão mais detalhada das questões apresentadas acima. Nova volta na chave realista e a autora parte da análise cerrada do texto literário para algo que podemos relacionar com o mundo de hoje, quando o país vive (ou viveu?) um novo ciclo de acumulação capitalista, com a deficiência que lhe é inerente, mas com sinais claros de um processo efetivo, embora difícil de acompanhar, e termina destacando: “É digno de nota também que os muito ricos não sejam incluídos nos planos de reforma de Policarpo. [...] Mas a ausência das elites também dá a pensar que nem o ingênuo Policarpo teria a ilusão de que elas seriam atores num projeto nacional, coletivamente construído.”

Leitura cerrada é o que também se encontra em “Rotina de sinha Vitória: sonhos num mundo recalitrante”, de Hermenegildo Bastos. Aqui temos um bom exemplo de análise literária com tino dialético, na qual vemos a cada passo a tentativa de mostrar o sentido de articulação entre estruturas polares do romance: parte e todo, subjetividade e objetividade, poesia e reflexão, linguagem e realidade. O autor parte de um capítulo de *Vidas secas* para, depois de dissecar cada movimento em seu interior, propor uma chave de leitura da totalidade do romance. Em cada segmento, dramaticamente construído, mostra-se a configuração de um mundo complexo e dinâmico, cuja lógica se constitui extramuros da ficção. Assim, sentimentos profundos que acompanham a personagem Vitória – “desejo” e “medo” – não são “meros exemplos de alegorias transcendententes”, mas o modo como procura resgatar sua dignidade desgastada pelo mundo social em que vive. Vamos do único e individual para a situação de classe. Reparem a viravolta teórica: o mundo social não é alheio ao da subjetividade, na verdade o compõe. Mesmo nos momentos de individuação aguda, essa condição está presente: “Sinha Vitória dialoga consigo mesma, mas tendo sempre presente o mundo objetivo da sua situação.” Aliado a isso, o autor empreende ainda uma reflexão sobre os fundamentos constitutivos e construtivos da forma romance na perspectiva de como se apresenta para a questão do realismo: “o pequeno mundo de sinha Vitória inclui também o leitor no seu diálogo com o narrador, não apenas em decorrência do ato mesmo de leitura, mas também porque ele, leitor, é personagem dessa narrativa que é o Brasil e o sistema-mundo capitalista.” No fundo dessa relação (personagem-narrador-leitor) estaria, não somente a demarcação social de cada um desses agentes, mas a ideia segundo a qual *os de baixo* são capazes de aprender com a experiência de expropriação e violência e, passo seguinte, reorientar as suas vidas, ainda que por caminhos hostis e incertos. Para o autor, o realismo de Graciliano Ramos, ao menos em parte, concentra-se na recuperação dessa precária humanidade em contexto de expropriação geral.

O artigo “Fases do realismo no retrato da Amazônia brasileira” é desses textos que demonstram o quanto ainda há de sombra na literatura brasileira, seja sobre o tema específico aqui debatido, seja puramente sobre a existência e o conhecimento de certas produções literárias. Em seu artigo, Tereza Furtado nos dá a dimensão da complexidade desconhecida por boa parte dos leitores e da crítica sobre o escritor paraense Dalcídio

Jurandir, ao esboçar o seu projeto literário. A autora defende que *Chove nos campos de Cachoeira* funciona como um “carocinho de tucumã”, imagem utilizada para sinalizar a maneira pela qual o romance inaugural de Jurandir serve como base matricial dos outros nove romances que formam o ciclo romanesco do “extremo norte”. “De lá saía um tema, ou um enfoque ou uma técnica para serem ampliados”, nota a autora, para a realização de um próximo romance. No cerne da sua ficção, encontram-se os “signos da decadência para a figuração de uma Amazônia empobrecida, pós-auge da economia da borracha e sem perspectivas”, no interior da qual se engendrará uma forma literária particular. Em sua trajetória, aponta a autora, Jurandir foi membro do partido comunista, sem, contudo, deixar-se limitar pelas diretrizes de sua política cultural, o realismo socialista. Ato contínuo, mostra-se como Jurandir faz as vezes de rapsodo da Amazônia, ao introduzir elementos da cultura popular, bem como a dicção da oralidade em sua ficção, na esteira de Mário de Andrade e Guimarães Rosa, ainda que de um modo particular. Tudo isso sem abrir mão de procedimentos modernos de configuração da subjetividade, algo semelhante ao processo de criação do escritor gaúcho Dyonélio Machado, ambos, aliás, à espera de um redimensionamento crítico no interior da moderna literatura brasileira. A autora, contudo, entende que esses procedimentos (perspectiva interna, modulação da instância narrativa, metaforização, expressividade da linguagem etc.) afastam o escritor do que ela chama de “conceito tradicional de realismo” (identificado com “objetividade fotográfica”, “fidelidade”, “cópia”, “pitoresco”). Nesse ponto é preciso fazer duas observações. A primeira é que o que ela chama de “conceito tradicional de realismo” é na verdade um *conceito vulgar de realismo*, usado de maneira instrumental, não crítica. Acompanhando o “Narrar ou descrever?” de Lukács, por exemplo, vemos que o realismo, como categoria estética, supera formalmente qualquer intenção de cópia e, nesse sentido, ele se efetiva – como notamos nos artigos anteriores – ao formalizar um dinamismo que é real, do mundo objetivo, e de maneira nenhuma como se a realidade fosse estática ou se pudéssemos retratá-la – o termo “retrato”, aliás, aparece no título do artigo, traindo as intenções da autora. A segunda observação diz respeito aos tais procedimentos de construção, eles não são contrários à forma realista, como bem mostraram Auerbach e Antonio Candido, mas funcionam como dispositivos que filtram a referencialidade, estilizando-a.

O artigo de André Cardoso e Claudete Daflon, “Olhando através da lupa: realismo e contemporaneidade”, retoma essas últimas questões, mas com outra perspectiva, outro encaminhamento, que nos permite perceber mais claramente os impasses que o conceito de realismo e a estética realista apresentam ao mundo de hoje: “Trata-se de assumir [...] a contemporaneidade da discussão sobre o realismo sem cair em velhas armadilhas críticas.” O artigo é dedicado a Rubens Figueiredo e se concentra em particularizar e problematizar a fatura da poética de sua obra. A análise envereda pelo mundo interior dos personagens – memória, sonho, fantasia – e o ambiente ao redor, um prolongamento da subjetividade e, ao mesmo tempo, uma reação a ela. O resultado é o ambiente fantástico que abrange a tudo e a todos. Porém, sabendo das especificidades da forma do fantástico e do realismo, os autores evitam tomar o caminho fácil da comparação e diferenciação entre eles, preferindo analisar suas correspondências, que criam uma maneira própria de figuração. Com base em ponderações teóricas bem pensadas, concluem no sentido de ver como o realismo se efetiva literariamente, não contra ou a despeito do fantástico, mas justamente por meio dele: “A possibilidade fantástica do apagamento literal do sujeito [...] parece ser a condição para criar uma representação do mundo externo em toda sua concreitude material de coisa.”

Fechando a seção, Carlos Augusto Leite, em “Figurações da violência na estética tropicalista”, renova o debate sobre o realismo ao menos em dois aspectos. O primeiro se refere à natureza do objeto que ainda hoje não encontra livre trânsito na crítica e muito menos na história literária: a canção popular, e nela particularmente a estética tropicalista. Segundo, ainda ligado ao primeiro, está o fato de trazer a discussão sobre o realismo para o campo da música popular brasileira a partir da análise, sob a perspectiva da violência, de “Domingo no parque”, de Gilberto Gil, e “Alegria, alegria”, de Caetano Veloso. Ao contrário das atitudes de adesão e reverência que normalmente predominam a quem se aproxima da produção dos dois cancionistas, o olhar proposto aqui é o da desconfiança. No gesto de distanciamento, a violência figurada é compreendida ora tingida com as cores do nacional-popular, desfocando o travejamento objetivo da violência sobre as classes populares no processo de modernização conservadora sob o regime militar, no caso de Gil; ora

ela se incrusta na própria composição formal, que não deixa de ser a expressão da violência reificada na própria matéria, no caso de Caetano. Diga-se ainda que toda a complexidade da violência é analisada no âmbito específico do objeto, definido pelos diferentes níveis de articulação que se dão entre letra e música, fazendo com que a historicidade material do nosso cancionário se componha como mais um dos capítulos da lógica perversa e desigual do desenvolvimento do capitalismo mundial.

O artigo de Nabil Araújo não se refere à literatura brasileira, desenvolvendo uma análise no campo estrito da teoria literária, daí a razão de se ver incluído na seção “Vária” da revista. Trata-se de um trabalho sério e bem articulado, mas equivocadamente no que diz respeito ao *realismo como problema*. O título provocador representa as tendências teóricas contemporâneas (muitas vezes contrárias às demandas do realismo e da realidade!), enquadrando a questão sob seu ponto de vista: o esvaziamento do conceito de nação e a desconfiança com relação ao real. Na primeira parte, discute-se o livro de Ian Watt, *A ascensão do romance*, contra o qual, apesar do reconhecimento de sua contribuição teórica, levantam-se objeções pontuais, mas com consequências enormes para as teses do livro. A principal crítica se dirige ao “realismo formal” como categoria estética abrangente; daí derivaria (1) uma concepção de realismo como protoforma do romance como gênero, (2) a prerrogativa de um modelo de romance que fosse universalmente válido e (3) a atribuição do realismo inglês como protótipo do romance moderno. Sem querer tomar a defesa de Ian Watt, mas para o bem do esclarecimento da questão do realismo em seus próprios termos, o que vemos aqui é um caso de superinterpretação que manuseia o objeto de análise com o fim de validar uma concepção teórica *a priori*. A tese de Watt não defende uma concepção universal de romance, mas o especifica: um tipo de forma de romance articulado ao movimento de ideias (que são socialmente produzidas, é bom lembrar) na Inglaterra do século XVIII, específico com relação a outras formalizações relacionadas por sua vez a um jogo de forças com a realidade presente a elas. Como mostra Erich Auerbach em *Mimesis: a representação da realidade na literatura ocidental*, livro que traz estudos fundamentais sobre o problema do realismo com enfoque amplo no tempo e no espaço – como advoga o autor do artigo – o realismo se afirma historicamente como uma forma plástica, pois, ele, mais que qualquer outra forma, modula-se em consonância com a realidade, e esta não para de se transformar. Logo, existem inúmeras formas de realismos entre as quais podemos figurar

aquela apresentada por Watt. Portanto, não é que o realismo inglês seja o realismo por excelência, como acusa o artigo, o que ocorre é que na Inglaterra – e em nenhum outro lugar, pois em nenhum outro lugar ocorreu processo histórico-cultural semelhante – se produziu o realismo tal como “realismo formal”. O autor classifica a tese de Watt como “tautologia nacional” e acrescenta que ela “não pode, simplesmente, ser tachada de ‘ingênua’”. Acreditamos que a tautologia que o artigo apresenta também não, pois nela subsiste a concepção desconstrucionista e pós-colonialista (tendências teóricas opostas que, neste caso, se casam e passam a defender a mesma coisa) de que a nação é um conceito que não satisfaz mais às exigências críticas contemporâneas, a despeito de a realidade mundial – às vezes de maneira trágica – nos mostrar o contrário. Na segunda parte, o comentário se dirige ao trabalho de Sandra G. Vasconcelos, *A formação do romance inglês*, que, segundo o autor, paga o preço de ter aderido ao ponto de vista de Watt, professando mais uma fé nos argumentos do que uma reflexão focada na configuração efetiva do romance como gênero. Além disso, ou como consequência disso, Vasconcelos perderia a oportunidade de atualizar o debate ao menosprezar a contribuição das tendências críticas pós-modernas: o estruturalismo e o pós-estruturalismo. A isso o autor reage categórico, acusando a falta de discernimento na aproximação de “dois macrocampos teóricos [...] contrapostos [...], além de internamente heterogêneos.” Ora, é de se supor que uma nota desse tipo não passaria em branco por uma estudiosa experiente e crítica como Sandra Vasconcelos, que, no entanto, em vez de seguir o conteúdo programático dessas correntes, preferiu interpretá-los à contraluz de suas premissas, buscando uma significação menos óbvia. Assim, no lugar dos discursos mirabolantes e performáticos dessas correntes, Vasconcelos viu o chão comum que os produziu e para onde suas premissas levam: o menosprezo teórico pela realidade concreta em cujo lugar prevalece a sedução da armação discursiva. Em *De Praga a Paris*, José Guilherme Merquior – um crítico liberal, diferentemente de Vasconcelos, mas, como ela, nada inocente diante do palavrorio teórico – encontramos uma opinião parecida: o estruturalismo e o pós-estruturalismo na França são um único movimento com duas aparências. Para quem adere ao discurso como balizador da crítica, encarando-o como algo plenamente significativo, essas aparências bastam, mas não é o caso da perspectiva realista. Diante de tudo isso, podemos dizer que o título do artigo se voltou contra o seu conteúdo, que o repetiu talvez inadvertidamente.

Compondo ainda essa seção, sem intenção de discutir diretamente

o problema do realismo, dois outros artigos. O primeiro – “Clarice Lispector: escrever para se livrar de si”, de Cicero Cunha Bezerra –, alheio às categorias e às questões de ordem literária propriamente dita, procura uma análise filosófica de *Um sopro de vida*. Baseado nas teorias de Blanchot, Derrida e Heidegger, o artigo apresenta uma comparação entre o texto clariciano e as premissas pré-socráticas, aproximando visões de mundo distantes no tempo e no espaço, sem fazer conta disso. O interesse é o de aproximação, relativização e relação, delineando princípios norteadores comuns, ou melhor, efeitos comuns no tocante aos meneios da linguagem e do pensamento. A linguagem, por meio da qual o pensamento se formaliza – ou não, segundo o autor –, é encarada como o resultado da elaboração livre de signos habilitados para desconstruir tudo a que se refere ou representa, é descarnada de sua especificidade e lançada num espaço de criação absoluta e de autorreferências. O outro artigo – “*Pauliceia desvairada* nas malhas da memória”, de Marcos Antonio de Moraes – apresenta uma análise rigorosamente elaborada sobre a obra capital de Mário de Andrade e do modernismo a partir das cartas do escritor, que servem, afinal, de meio de reflexão sobre o fazer poético e sua realização. Acompanhamos passo a passo a elaboração de uma poética marioandradina, cuja lógica, para usar uma expressão de Dilthey, consiste numa “teoria das formas e na técnica baseada nela.” Assim, vamos das ideias estéticas de Mário à sua formalização artística, com intenção de evidenciar, através da consciência lúcida do poeta, o seu método de composição.

Em resumo, o leitor tem em mãos exercícios de leitura variados, com resultados distintos, mas igualmente válidos naquilo que a literatura consiste: um meio de reflexão artisticamente configurado.

Marcos Rogério Cordeiro Fernandes  
Luis Alberto Alves  
Fernando Cerisara Gil